



ADEUS AO MESTRE

Wanderley Guilherme dos Santos morreu no dia 26. Confira o último artigo do professor publicado pela AdUFRJ, em 2018

Página 8

UFRJ ENTREGA CIÊNCIA E COMPROMETIMENTO:

PESQUISADORES MONITORAM ÓLEO EM ABROLHOS E ALERTAM PARA RISCO DE GRANDE DESASTRE AMBIENTAL

REDE ABROLHOS

GOVERNO DEVOLVE DESRESPEITO E DESCASO:

PREVIDÊNCIA SACRIFICA DOCENTES, AGU QUER RETIRAR OS 26,05% DO SALÁRIO DOS PROFESSORES E VETAR A PROGRESSÃO MÚLTIPLA

A SEMANA

EM DEFESA DA CASA DE RUI BARBOSA

Diretoria da AdUFRJ manifesta seu repúdio pela nomeação de Letícia Dornelles para a presidência da Fundação Casa de Rui Barbosa. Tal indicação, segundo a imprensa, partiu do deputado e pastor Marcos Feliciano e contraria a decisão do corpo social da instituição, que escolheu uma servidora de carreira, com 30 anos de dedicação à Casa. Veja a íntegra da nota.

“A comunidade acadêmica foi surpreendida pela nomeação de Letícia Dornelles para ocupar o cargo de presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa. A entrevista com a nomeada, publicada neste domingo (27 de outubro) num jornal de grande circulação nacional, dá a exata dimensão do risco que a instituição corre. Guardiã de um importante acervo, de enorme relevância para a memória do país, a Fundação sempre contou entre seus diversos presidentes, com nomes que, em primeiro lugar, se destacavam por uma vida dedicada aos livros, aos estudos e de sólida formação acadêmica. Além do cuidado com seus acervos, a FCRB é reconhecida por produzir e incentivar os estudos filológicos, literários, de história cultural e de ciência política. A equipe de pesquisadores da instituição se dedica também à produção de conhecimento nas áreas de patrimônio documental e arquitetônico, abrangendo museologia, preservação arquitetônica, preservação e conservação de documentos e ciência da informação, incluindo arquivologia e biblioteconomia.

O descaso com a produção acadêmica e científica brasileira vem alcançando patamares inaceitáveis. Fruto de uma política de

desrespeito sistemático à competência técnica para gerir órgãos de controle ambiental, em poucos meses, temos visto desastres naturais de grandes proporções, provocados pela ambição desmedida e pela ausência de qualquer monitoramento eficiente dos órgãos competentes, impondo perdas irrecuperáveis ao nosso vasto patrimônio ecológico. Não podemos permitir que a mesma irresponsabilidade continue a prosperar, devastando nosso patrimônio artístico-cultural. Se a proposta é popularizar o espaço, dar mais visibilidade e aproximá-lo da população, a pessoa indicada, ao invés da presidência poderia, quem sabe, dar sua contribuição numa assessoria de comunicação, mas jamais assumir a responsabilidade de conduzir uma instituição com o grau de complexidade que esta exige.

A ADFURJ repudia de forma veemente a instrumentalização político-ideológica que estão sofrendo as instituições brasileiras, em particular as instituições de ensino e pesquisa, cuja comunidade vem sendo emudecida nos processos de escolha de seus dirigentes. Trata-se de grave ruptura institucional, que viola princípios básicos de respeitabilidade e convivência democrática entre as instituições, e que se aprofunda a cada nomeação intempestiva e despropositada.

Por isso, nos dirigimos à sociedade, conclamando a todos para que possamos dar forma clara e justa ao nosso descontentamento. Queremos que este seja não apenas um grito de alerta, mas sim um gesto forte o suficiente para que possamos dar um basta ao desmonte e à destruição das instituições e da pesquisa no Brasil”.

Artigo

EDUARDO COELHO

Professor da Faculdade de Letras/UFRJ e ex-chefe do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa.



Nomeada presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa por indicação do deputado federal e pastor Marco Feliciano, Letícia Dornelles é repórter, autora de livros, telenovelas e roteiros de programas de humor, como Partiu shopping. Em entrevista concedida ao jornalista Bernardo Mello Franco no dia 27 de outubro, publicada no O Globo, Letícia Dornelles afirmou que pretende “humanizar” a instituição, torná-la aconchegante por tratar-se de um “lar”, “acelerar as palestras, que hoje são muito acadêmicas”, entre outras barbaridades que evidenciam, no mínimo, que a nova presidente desconhece a complexidade e a importância dessa fundação.

Criada há quase um século, a Casa de Rui Barbosa compreende um museu, arquivos e bibliotecas, além de pesquisas nas áreas de arquitetura, arquivologia, belas artes, biblioteconomia, direito, história, filologia e políticas culturais. Com uma equipe altamente qualificada em todas as suas áreas de atuação, há décadas a Casa de Rui Barbosa é uma das instituições federais mais respeitadas do país, tanto pelo seu trabalho

de conservação e preservação da memória, quanto pelos seus resultados de pesquisa, que consistem em colaborações imprescindíveis a diversos setores. A manutenção desse perfil de excelência a que a Fundação Casa de Rui Barbosa está associada se encontra, agora, sob forte ameaça.

Afinal de contas, na referida entrevista, o vocabulário e as imagens a que Letícia Dornelles recorreu manifestam uma concepção equivocada da coisa pública, que não à toa ela tratou a partir de um princípio relacionado à família (“lar”), sobrepondo a necessidade de afeto (“dar um grande abraço naquela casa”) a um plano estratégico de trabalho. Ao mencionar o escritor Carlos Drummond de Andrade, não fez quaisquer observações acerca da grandeza de sua obra como testemunho da experiência humana, mas apenas ao fato de ter sido sua vizinha: “É afeto mesmo, sabe?”, completou. Por outro lado, num sentido contrário às práticas acadêmicas, se torna perceptível em seu vocabulário a incorporação de uma lógica da indústria cultural, tendo o objetivo de “acelerar” as palestras.

A Fundação Casa de Rui Barbosa não se

trata de um “lar”, mas de uma instituição pública, que requer gestores competentes e habilitados, o que, por sinal, pode ser facilmente reconhecido em sua história, que reúne figuras inclusive conservadoras, como Américo Jacobina Lacombe. No entanto, ao contrário de Letícia Dornelles, o ex-presidente Lacombe reuniu uma equipe habilitada, que entre outras iniciativas participou da criação do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira, onde estão concentrados alguns dos mais relevantes arquivos pessoais e coleções de escritores brasileiros, como Carlos Drummond, Clarice Lispector, Cruz e Sousa, João Cabral de Melo Neto, José de Alencar, Machado de Assis, Manuel Bandeira, Vinicius de Moraes, entre muitos outros.

Por meio da nomeação de Letícia Dornelles para a presidência da Fundação Casa de Rui Barbosa, observamos não apenas o aparelhamento ideológico que o governo federal empreende desde o início deste ano, igualmente observado na condução da Funarte, por exemplo, mas também sua intenção de desmantelar o que há de consistente no plano da cultura, do ensino e da pesquisa no país.



OBSERVATÓRIO DO CONHECIMENTO

CLEIA VIANA/CÂMARA DOS DEPUTADOS



OBSERVATÓRIO REALIZA SEMINÁRIO NA CÂMARA FEDERAL

Professores da AdUFRJ e de associações que formam o Observatório do Conhecimento participaram do seminário “O papel da universidade pública no desenvolvimento da ciência e tecnologia, da educação e do conhecimento”, nos dias 29 e 30. O evento é uma iniciativa conjunta com a Frente Parlamentar Mista em Defesa e pela Valorização das Universidades Federais, da Câmara. Vice-presidente da AdUFRJ, Felipe Rosa considera a atividade “fundamental em tempos de ataques às universidades”.

AGENDA

08/11 PLENÁRIA SOBRE PROGRESSÕES

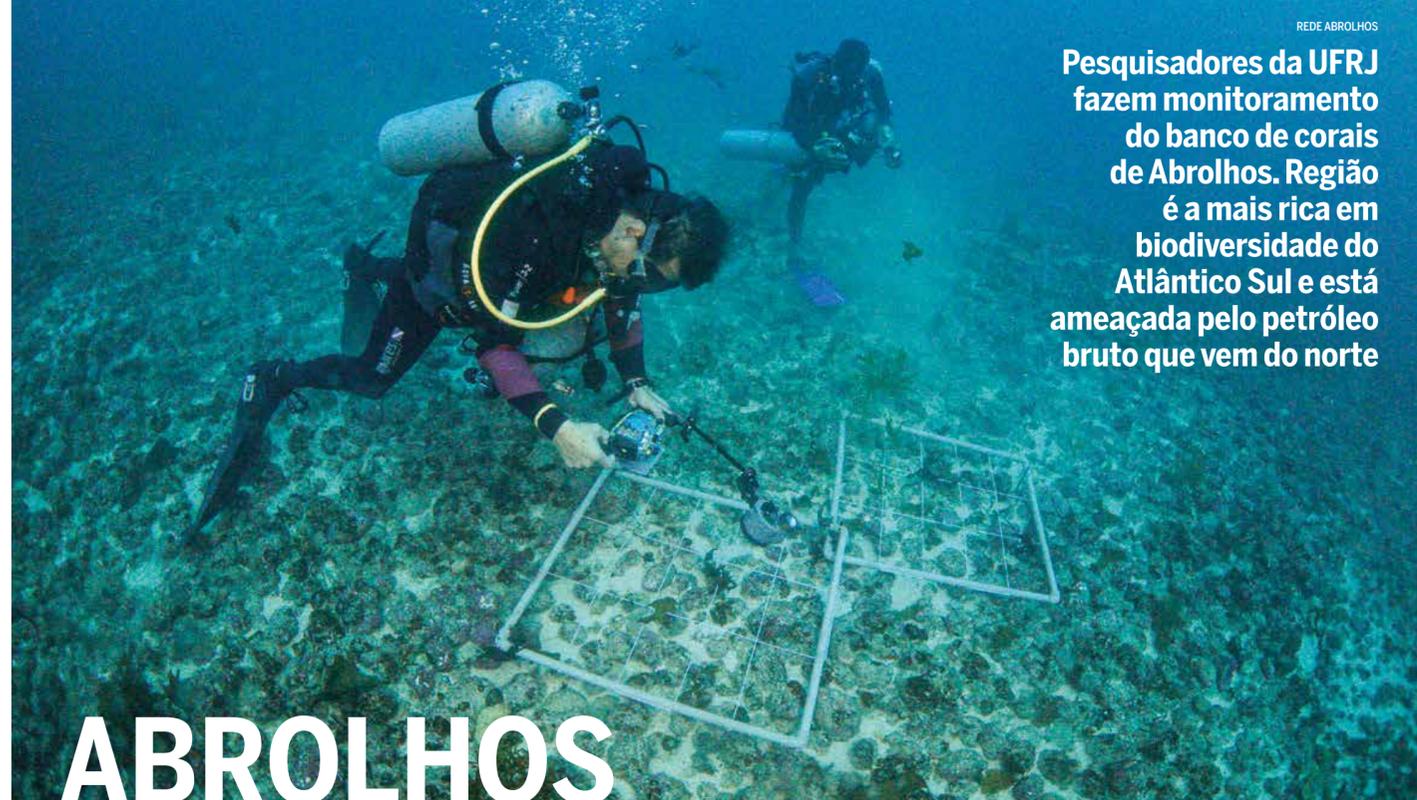
AdUFRJ convida para segunda reunião sobre defesa dos docentes. Encontro será às 10h na Letras, auditório E-1.

12/11 PROFESSORES SUBSTITUTOS

AdUFRJ convida os professores substitutos para debater seus problemas. Será às 15h, na Letras, auditório E-3.

13/11 CONSELHO DE REPRESENTANTES

Primeira reunião fará planejamento das atividades e debaterá temas urgentes. Será 14h, no CT, sala E-212.



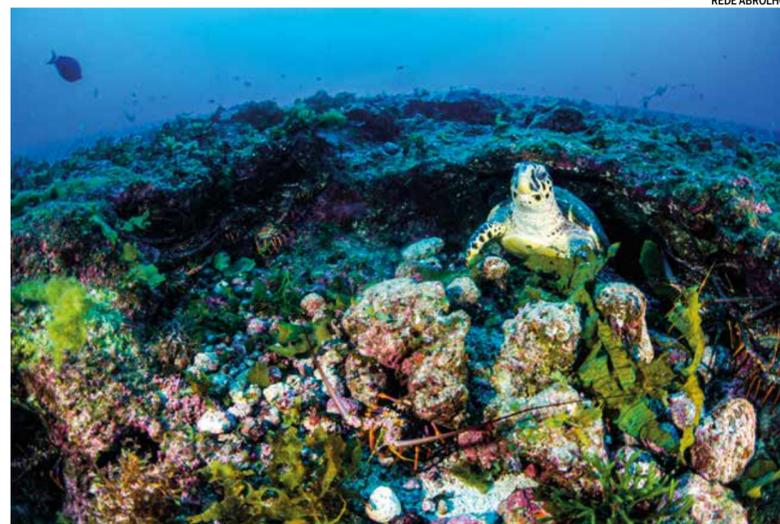
ABROLHOS RISCO DE GRANDE DESASTRE MUNDIAL

SILVANA SÁ
silvana@adufjrj.org.br

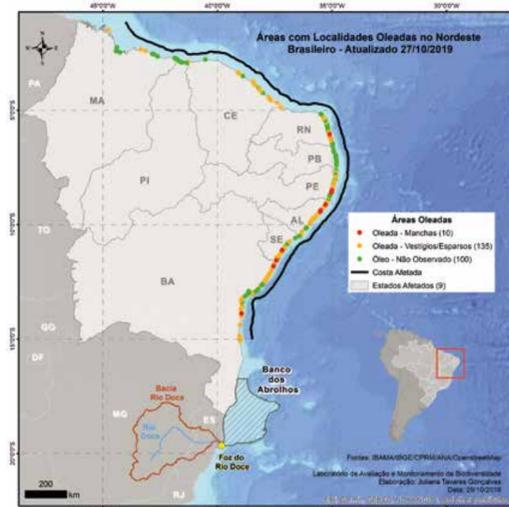
Oderramamento de petróleo cru no litoral do nordeste brasileiro pode se transformar numa tragédia mundial. Na rota do óleo está o Banco dos Abrolhos. A região concentra a maior biodiversidade do Atlântico Sul, com mais de 1.300 espécies de fauna e flora registradas e 8.850 km² de recifes de corais. As estimativas anteriores a 2013 davam conta de apenas 500 km². Foi o trabalho do Laboratório de Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade, da UFRJ, quem atualizou o alcance dos corais. O laboratório estuda a região e tem assento no Conselho do Parque Nacional de Abrolhos para propor políticas de preservação, mitigação e restauração da área.

“Se o óleo atingir os corais, eles morrem”, sentencia o professor e pesquisador da UFRJ, Rodrigo Moura. O biólogo é coordenador do laboratório e explica que a morte destas espécies teria grave impacto no clima. “Os corais removem e imobilizam o carbono do ambiente. Quando eles morrem, devolvem tudo para o meio”, diz. “Estamos falando de gigatoneladas de carbono. As colunas de Abrolhos têm oito mil anos e são fundamentais para o equilíbrio climático do planeta”.

A velocidade do deslocamento do óleo impressiona. Na segunda-feira, 28, cerca de 300 km separavam a região mais recentemente atingida (Ilhéus) de Abrolhos. No dia seguinte, esta distância caiu para 150 km, com o material chegando à reserva extrativista de Canavieiras.



FAUNA e flora exuberantes. Abrolhos tem espécies únicas em todo o mundo. Região é berçário de baleias



Pesquisadores da UFRJ fazem monitoramento do banco de corais de Abrolhos. Região é a mais rica em biodiversidade do Atlântico Sul e está ameaçada pelo petróleo bruto que vem do norte

por manter os organismos vivos. “As microalgas contribuem de maneira importante para a alimentação dos corais. Se eles não conseguem recuperá-las, acabam mortos”, completa a pós-doutoranda do laboratório, Pamela Solano.

Pamela é a estatística do grupo. “Meu trabalho é transformar em números as hipóteses levantadas no campo”, explica. “Nosso laboratório é multidisciplinar. Aqui temos geógrafos, biólogos, estatísticos. É um diferencial”, orgulha-se o coordenador.

Rodrigo Moura alerta que a tragédia no nordeste também é humanitária. Somente na região em torno de Abrolhos, 25 mil famílias dependem da pesca, do extrativismo e do turismo. “O desastre também coloca em xeque a segurança alimentar no país, já que 20% de toda a proteína consumida no Brasil é de pescado”, afirma.

Alan Machado, liderança de Caravelas, cidade costeira mais próxima a Abrolhos, reforça a preocupação do professor. “A pesca do camarão está proibida até 31 de dezembro. O impacto socioeconômico é muito grande, mas o risco de contaminação é ainda maior”, conta. Ele reclama que as comunidades pesqueiras não estão tendo apoio do governo federal. “Não temos respaldo nenhum, não temos respostas, não temos apoio. Falta política pública voltada à pesca artesanal”, lamenta o pescador.

Em todo o Brasil, em torno de um milhão de pessoas fazem parte da cadeia produtiva do pescado. Mais ao norte, outra liderança tradicional dá a dimensão do drama dessas famílias. “Ninguém compra nossos produtos. Dizem que está tudo contaminado. Mas a gente tem que ir para a água pescar pelo menos o que vamos comer, já que não temos dinheiro”, afirma Joana Mousinho, presidente da colônia de pescadores de Itapissuma, Pernambuco.

O óleo, que chegou a Itamaracá, está a apenas 9km do município. “Os turistas já sumiram, ninguém quer adoeecer”.

IMAGEM DA SEMANA

JUSTIÇA POR MARIELLE

■ A semana foi de reviravoltas no caso Marielle. A PGR apresentou denúncia de que o político Domingos Brazão seria o mandante do crime. No dia 29, foi divulgado depoimento do porteiro do condomínio do presidente, envolvendo Jair Bolsonaro na trama. O Ministério Público diz que o testemunho é falso.



REPRODUÇÃO

PACOTE DE MALDADDES

Um enorme paradoxo sacrifica os professores da UFRJ. Quanto mais produzem, menos são valorizados. No intervalo de apenas 20 dias, os professores da UFRJ sofreram três grandes baques.

No dia 9 de outubro, o procurador da universidade assinou documento contra o direito às progressões múltiplas dos docentes. Alinhado com interpretações da Advocacia-Geral da União e do Ministério da Economia, Renato Vianna escreveu um parecer em que defende mudanças na resolução do Conselho Universitário de cinco anos atrás, proibindo o dispositivo. A iniciativa

causou revolta em parte da categoria, preocupada em perder o reconhecimento por vários anos de trabalho.

Além do fim das progressões múltiplas, a Advocacia-Geral da União também quer cortar o adicional de 26,05% (Plano Verão) do contracheque dos docentes da universidade. Em reunião no dia 24, o novo procurador informou à AdUFRJ que a AGU determinou o corte imediato do percentual. A assessoria jurídica da Seção Sindical argumenta que os valores estão amparados em decisões judiciais e não podem ser retirados.

Em 22 de outubro, veio a maior das derrotas: uma reforma da Previdência (PEC 06/2019) draconiana com os servidores federais foi aprovada no Senado. O texto diminui valores dos benefícios, aumenta a alíquota de contribuição e endurece o acesso para aposentadoria e pensões de trabalhadores, viúvas e filhos. A reforma será promulgada em novembro.

Os professores federais de todas as gerações são afetados. Os que estão na ativa terão de trabalhar mais tempo para conseguir a aposentadoria. Uma parte significativa nunca alcançará nem mesmo o teto do regime geral de previdência (atualmente, em

torno de R\$ 5,8 mil). “São raros os casos de pessoas que começam sua vida laboral ganhando o suficiente para descontar sobre o teto. O cálculo vale para o regime geral e para o regime próprio federal”, argumenta a professora Maria Lúcia Werneck Vianna, ex-presidente da Adufrj e especialista em previdência.

Já os aposentados perderão parte considerável dos seus atuais rendimentos com aumento do desconto. As famílias que dependem de pensões terão quedas significativas de padrão de vida. Quem recebe o benefício antes da promulgação da reforma não sofrerá perdas.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

ELISA MONTEIRO

elisamonteiro@adufjrj.org.br

Perdas e mais perdas. Ex-presidente da AdUFRJ e especialista em Previdência, a professora Maria Lúcia Werneck Vianna e a advogada da entidade, Ana Luisa Palmisciano, apontam como a reforma vai prejudicar os docentes. Destacam, contudo, que a há muitas regras de transição e especificidades que devem ser avaliadas individualmente.

QUEM INGRESSOU NO SERVIÇO PÚBLICO ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2003

Para garantir a paridade e integralidade, quem ingressou no serviço público antes de 2004 deve cumprir a idade mínima de 65 anos (homens) ou 62 anos (mulheres). Todos os servidores que ainda não preencheram as exigências para se aposentar entrarão nas chamadas regras de transição. A primeira opção de regra de transição, que também garante integralidade e paridade, exige idade mínima de 56 anos (mulher) ou 61 (homem), 30 anos de contribuição (mulher) ou 35 (homem), 20 anos de serviço público e 5 no cargo. Mas é necessário somar a idade com o tempo de contribuição para atingir uma pontuação mínima, que começa em 86 (mulher) ou 96 (homem), números que crescem nos próximos anos.

A segunda possibilidade de transição, com integralidade e paridade, exige do servidor a idade mínima de 57 anos (mulher) ou 60 anos (homem), 30 anos

de contribuição (mulher) ou 35 anos (homem), 20 anos de efetivo exercício no serviço público e 5 anos no cargo. Mas é necessário cumprir o chamado “pedágio” (período adicional) correspondente ao tempo que, na data de publicação da Reforma, faltaria para atingir o tempo mínimo de contribuição de 30 anos (mulher) ou 35 anos (homem). Exemplo: faltava um ano, trabalha dois anos.

QUEM INGRESSOU NO SERVIÇO PÚBLICO ENTRE 2004 E 3 DE FEVEREIRO DE 2013

O cálculo passa a ser baseado na média dos salários, na forma da lei. As opções de regras de transição serão as mesmas para os professores que ingressaram antes de 2004: pontuação ou pedágio.

REGRAS DE TRANSIÇÃO

As regras de transição valem para quem tem o tempo de contribuição exigido, mas não tem a idade mínima, ou, ao contrário, para quem tem a idade, mas não tem o tempo de contribuição.

O sistema de pontuação soma a idade e o tempo de contribuição e tende a beneficiar quem começou a trabalhar mais cedo. A regra do pedágio vale para quem poderia se aposentar por tempo de contribuição: cada ano que falta para completar a idade requerida é contado em dobro.

QUEM INGRESSOU DEPOIS DE 3 DE FEVEREIRO DE 2013

Quem entrou a partir de 4 de fevereiro

de 2013 já está sujeito ao teto do INSS. O cálculo da aposentadoria também levará em conta todos os salários recebidos (e não os mais altos). O benefício da aposentadoria será calculado sobre a média dos salários (e respectivas contribuições), na forma da lei.

ALÍQUOTAS ESCALONADAS

Há um aumento da contribuição, hoje de 11%, tanto aos ativos quanto aos aposentados. Até que entre em vigor uma lei que altera a alíquota, a contribuição previdenciária será de 14%. Após a promulgação da lei, o percentual vai variar de acordo com a renda, entre 7,5% e 22%. Quem ganha entre R\$ 10 mil e R\$ 20 mil vai ser descontado em 16,5%, por exemplo.

PENSÕES

A pensão será a média do salário, como no cálculo para a aposentadoria. Será aplicada uma cota de 50% do valor, acrescido de 10% para cada dependente até o limite de 100%. Quem já for pensionista antes da reforma não sofrerá alteração nos valores.

ACÚMULO DE BENEFÍCIOS

O novo texto da Previdência veda três casos antes permitidos:

- Acúmulo de pensão de um regime de previdência social com pensão concedida por outro regime de previdência social ou pensões de atividades militares;
- Acúmulo de pensão de regime de pre-

vidência social com aposentadoria do RGPS ou RPPS ou proventos de atividades militares;

■ Acúmulo de pensões decorrentes das atividades militares com aposentadoria do RGPS ou RPPS.

Nas três situações, agora é assegurada apenas a percepção do benefício mais vantajoso e de percentual dos demais benefícios, de acordo com as seguintes faixas:

I – 60% do valor que exceder 1 salário mínimo até o limite de 2 salários mínimos;

II – 40% do valor que exceder 2 salário mínimo até o limite de 3 salários mínimos;

III – 20% do valor que exceder 3 salários mínimos até o limite de 4 salários mínimos;

IV – 10% do valor que exceder 4 salários mínimos.

As regras deste artigo não se aplicam ao direito dos benefícios por adquirido antes da data de entrada em vigor da Reforma.

EBTT – Cap UFRJ

As professoras e professores do Colégio de Aplicação da UFRJ estarão submetidos às mesmas regras de transições dos demais docentes do magistério superior. A diferença está na redução de cinco anos da idade mínima, tempo de contribuição, pontuação e pedágio.

PROGRESSÃO

KELVIN MELO

kelvin@adufjrj.org.br

A eventual perda do direito às progressões múltiplas na carreira ainda provoca indignação entre os docentes da UFRJ. Na primeira reunião promovida pela AdUFRJ para discutir o assunto, no dia 29, mais de 40 professores compareceram ao Instituto de Economia para esclarecer suas dúvidas.

“Não existe a possibilidade de desistirmos do direito às nossas progressões”, afirmou a presidente da Seção Sindical, professora Eleonora Ziller. “Se não conseguirmos um consenso no Conselho Universitário, estamos construindo outras soluções, inclusive jurídicas”, completou.

A expectativa é que o Consuni previsto para 14 de novembro delibere sobre o tema que preocupa tantos professores. Um ofício do Ministério do Planejamento – hoje, Ministério da Economia – e um parecer da Advocacia-Geral da União cobram o fim das progressões múltiplas na UFRJ. Mas o dispositivo foi regulamentado em resolução do Consuni de 2014.

A consequência imediata de uma eventual revogação seria penalizar os docentes que acumularam períodos de trabalho bem superiores ao tempo mínimo de 24 meses – previsto na lei do magistério federal –, antes dos pedidos para avançar na carreira.

Um parecer do novo procurador geral da UFRJ, Renato Vianna, datado de 9 de outubro e alinhado com as diretrizes

da AGU, tornou a situação ainda mais complicada. O texto divergiu do entendimento do procurador anterior, Jezihel Pena Lima, que reconhecia a resolução do Consuni de cinco anos atrás. Mas limitava o direito até fevereiro de 2018, quando o órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (Sipep) manifestou interpretação contrária às progressões múltiplas.

Advogada da AdUFRJ, Ana Luisa Palmisciano sustenta que a progressão múltipla é compatível com a lei das carreiras, mesmo após fevereiro de 2018. “Se preenchidos os requisitos relacionados à avaliação de desempenho e passagem temporal”, completou. “O fato de o reconhecimento ocorrer 10 anos depois, por exemplo, não impede o direito”, avaliou. Segundo ela, o Consuni deve exercer a autonomia universitária e respaldar a progressão múltipla.

Presidente da Comissão Permanente de Pessoal Docente – responsável pela análise dos pedidos de progressão –, o professor Luciano Coutinho observou que a UFRJ é a única universidade que ainda aplica o dispositivo das progressões múltiplas. Segundo ele, a CPPD vai acompanhar a deliberação do Consuni. Luciano informou que existem 30 processos na Pró-reitoria de Pessoal. Já a CPPD, no momento, retém seis processos de progressão múltipla.

Fernanda Vieira, do NEPP-DH, cobrou o andamento dos processos nas instâncias da universidade: “O papel da CPPD é ratificar esses processos que estão lá.



FERNANDO SOUZA

PREOCUPAÇÃO docentes não querem perder o reconhecimento do trabalho realizado

Precisam ser finalizados”, disse. Para ela, a participação dos professores no próximo Consuni é fundamental: “Dia 14 precisamos lotar o Consuni”.

Professor da Escola de Educação Física e Desportos, Antonio Siqueira manifestou que tem um prejuízo de aproximadamente R\$ 5 mil por mês, sem a aprovação de seu pedido de progressão múltipla. “A UFRJ tem uma tradição progressista e

não pode jogar isso no lixo agora”, disse.

CALENDÁRIO

A ADUFRJ organiza duas reuniões para ouvir os professores e preparar estratégias de defesa do direito à progressão múltipla antes da reunião do Conselho Universitário: uma no dia 8 com todos os interessados e a primeira reunião do Conselho de Representantes, no dia 13.

REPRODUÇÃO



RENATO CANDIDO VIANNA

timas semanas, quando Renato Vianna assinou parecer de defendendo o corte das progressões múltiplas, no qual escreveu que o “direito não socorre a quem dorme”. Sobre esse assunto, o Procurador explicou que apenas se trata de uma figura de retórica muito conhecida e utilizada na linguagem jurídica. “Sim, nós sabemos, mas achei desnecessária. O estresse atual tem gerado muita insatisfação, afinal temos um ministro que nos chama de ‘zebras gordas’ a serem caçadas”, disse Eleonora.

26,05%

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO DETERMINOU CORTE IMEDIATO DOS 26,05% DOS SALÁRIOS DOS DOCENTES. ADUFRJ PREPARA MEDIDAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS

Em mais uma ação protagonizada pela Advocacia Geral da União, os professores estão fortemente ameaçados de perder o adicional dos 26,05%. Na quinta-feira passada, dia 24, Renato Candido Vianna, novo procurador federal da UFRJ, informou à AdUFRJ que a AGU determinou o corte imediato do percentual. “Não vejo como não cortar. Não vejo como não cumprir um ato que tem força executória”, afirmou Vianna. A reunião foi chamada pela PR-4. A presidente da AdUFRJ, pro-

fessora Eleonora Ziller, rebateu lembrando que a seção sindical conquistou decisões judiciais que amparam o pagamento. “Temos uma sentença da Justiça do Trabalho e outra do TCU que autorizam o repasse”. O procurador admitiu que não conhecia as duas decisões e solicitou que o departamento jurídico da AdUFRJ encaminhasse a documentação. “Faremos isso imediatamente. Trabalharemos em duas frentes – uma administrativa e outra judicial”, explicou Bruno Moreno, advogado da

AdUFRJ. “É cruel um corte como esse ocorrer na véspera do Natal. A folha de dezembro fecha no dia 8”, emendou Eleonora. “A cada dia os ataques estão mais severos contra os professores”. A diretoria da Seção Sindical esclareceu a todos os sindicalizados que irá recorrer a todas as formas possíveis para garantir o percentual. Infelizmente, as perspectivas de cortes são concretas. Os técnicos já perderam no ano passado os 26,05%. O atrito com a procuradoria federal da UFRJ cresceu nas úl-

UFRJ recebe verba do MEC e continua sob contenção

> Recursos de custeio foram liberados integralmente, mas cobertor da universidade ainda é curto devido ao déficit de cerca de R\$ 170 milhões. Dívidas com Cedae e Light estão em negociação

ANA PAULA GRABOIS
anapaula@adufjrj.org.br

A UFRJ teve todo o recurso de custeio e de investimento para a manutenção básica desbloqueado no dia 18. Foram R\$ 44,87 milhões. O dinheiro tira da UFRJ o risco de parar por falta de serviços elementares como energia elétrica, água, vigilância e limpeza. A situação orçamentária ainda permanece difícil, com pagamentos atrasados dos serviços em dois meses, sem margem para novos investimentos. Alguns contratos ficarão com atraso de três meses.

“Não tínhamos como funcionar sem o desbloqueio. A liberação nos deu tranquilidade de que não precisamos fazer mais cortes, mas vamos manter as medidas de contenção de despesas”, afirmou o pró-reitor de Finanças da UFRJ, professor Eduardo Raupp.

A UFRJ tenta negociar o pagamento de dívidas junto às empresas de água e luz. Com a Cedae, os débitos não pagos remontam ao ano de 2016 e vão até a metade de 2019. Neste caso, a solução encontrada é a emissão de títulos precatórios. A possibilidade já recebeu aprovação da Procuradoria Federal, da AGU

COM A ÁGUA NO PESCOÇO

VERBA DESBLOQUEADA R\$ 44,87 milhões
É valor desbloqueado para despesas de custeio e investimento pelo Ministério da Educação em 2019.

ORÇAMENTO DE 2020 R\$ 361 milhões
É a proposta de orçamento do ano que vem para a UFRJ. O valor é igual ao de 2019, mas 30% do total precisa de suplementação que deve ser aprovada pelo Congresso.

e da Cedae. “Seria um grande resultado para reduzir o déficit”, comentou o pró-reitor. A universidade está em dívida com a Light desde março e procura renegociar um prazo maior, com a redução das multas.

Cerca de R\$ 13,5 milhões correspondentes a emendas parlamentares para o ano de 2019 não chegaram à universidade porque foram remanejados, em uma negociação do governo federal com o Congresso.

Com a liberação da verba de custeio, a expectativa da reitoria é pagar a maioria dos contratos referentes até outubro de 2019. “As contas de novembro e de dezembro e uma parte das de outubro só serão pagas com o orçamento de 2020. Voltamos à situação de pagamento que recebemos, com atraso de dois meses. Era o que a UFRJ vinha fazendo nos últimos quatro anos durante a gestão anterior”, disse Raupp. O déficit geral da UFRJ deve permanecer na faixa de R\$ 170 milhões.

As medidas de redução de gastos abrangem o racionamento do uso de veículos oficiais, o corte do serviço de telefonia móvel aos cargos de representação da reitoria, pró-reitorias, decanias e unidades; a suspensão de passagens internacionais e limitação de viagens e diárias nacionais para atividades de campo de disciplinas de graduação e a redução do quadro de auxiliares de processamento de dados.

O Orçamento Participativo, parte da verba destinada às unidades da UFRJ, também ficou bloqueado. “Temos atendido algumas demandas de emergência das unidades. Neste momento, não vamos fazer a descentralização dos recursos pois não há volume suficiente de verba no orçamento”, completou Raupp. Uma boa notícia é a garantia do pagamento de todas as bolsas pagas a estudantes: as de assistência estudantil, de pesquisa e de extensão.

Na terça-feira (29), houve a primeira reunião do Comitê de



ARQUIVO ADUFRJ

LIMPEZA E SEGURANÇA expectativa da reitoria é pagar faturas das firmas terceirizadas até outubro

Acompanhamento Orçamentário Financeiro (Caof), com representantes da comunidade da UFRJ, entre reitoria, centros, campi de Cascas e Macaé, estudantes e técnicos.

Foi apresentada uma atualização da situação orçamentária de 2019 e o que está previsto da proposta orçamentária para 2020 pelo governo, a ser aprovada no Congresso.

Para 2019, havia a previsão de R\$ 34 milhões de receitas próprias da UFRJ, valor subestimado por um problema de informação da universidade de 2018. O valor está abaixo da série histórica, em torno de R\$ 55 milhões.

“Já arrecadamos acima de R\$ 34 milhões, mas não podemos usar porque não está no orçamento. Temos buscado que o governo suplemente nosso orçamento para poder usar esse recurso que já está arrecadado”, disse Raupp. Até o momento, a UFRJ arrecadou em receitas próprias R\$ 46 milhões, R\$ 12 milhões além do orçamento.

VERBA DE 2020

A proposta de orçamento de 2020 é a mesma de 2019, de R\$ 361 milhões, com a desvantagem de não incluir correção monetária. Uma incerteza para o orçamento do ano que vem é o fato de o governo ter separado 30% do

valor condicionados à aprovação de suplementação orçamentária pelo Congresso. “A expectativa é que o Congresso aprove o Orçamento de 2020 junto do crédito suplementar, mas não há garantias”, disse Raupp.

O planejamento dos recursos para 2020 ainda será discutido no comitê até que seja levado ao Consuni, no início de dezembro. Segundo Raupp, representantes do MEC informaram que não haverá cortes no ano que vem.

MANUTENÇÃO E EMERGÊNCIAS

■ O Orçamento Participativo está bloqueado e sua última transferência ocorreu há algumas semanas, mas corresponde a apenas 20% da parcela devida às unidades da universidade. Com isso, os centros das UFRJ gastam apenas no essencial ou em alguma emergência.

Decana do Centro de Letras e Artes (CLA), Cristina Tranjan utilizou o recurso liberado para pagar dívidas. “Seguimos as despesas para sobreviver até o final do ano. Estamos no básico do básico”, afirmou.

A decana planeja uma nova logomarca do CLA. Devido à falta de verba, vai fazer um concurso entre os estudantes. O escolhido vai receber uma bolsa da UFRJ. “Usamos o dinheiro para material de consumo. É a despesa estritamente necessária porque

nunca sabemos quando virá mais dinheiro e pode haver uma emergência”.

O professor Flávio Martins, decano do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE), disse que o montante liberado tem sido utilizado para a manutenção mais elementar e para as necessidades mais urgentes. “O valor ficou muito aquém do que esperávamos. Está tudo muito difícil no dia a dia. Para as ações que demandam mais gasto que o habitual, vamos precisar conversar na Caof”, completou.

Atualmente, em uma parceria do CCJE com o CFCH, Martins tenta implantar o serviço de internet wifi no campus da Praia Vermelha. Trata-se de um recurso antigo para um projeto em que a operadora de telefonia está com a obra atrasada.

Faltam professores na Medicina de Macaé

> Docentes acusam gestão anterior da universidade de ter redistribuído 42 vagas dos diversos cursos do campus para outras unidades da UFRJ

SILVANA SÁ
silvana@adufjrj.org.br

O curso de Medicina do campus Macaé perdeu 28 vagas docentes, que foram redistribuídas para outras unidades da UFRJ, na administração do reitor Roberto Leher, reclama a comunidade acadêmica local. E os contratos dos professores substitutos estão expirando. A situação é agravada pela dificuldade de fixar profissionais no campus. Atraídos pelos melhores salários da iniciativa privada, é comum que professores médicos peçam exoneração.

A crise dominou o primeiro Conselho Universitário realizado

em Macaé, no dia 24 de outubro. A coordenadora substituta do curso, professora Laila Ertler, precisa de dez docentes para disciplinas já no primeiro semestre de 2020. “Nosso curso está com problema de oferta real de disciplinas em dois períodos para o ano que vem”, declara. “Outras cinco especialidades estão com número crítico de professores, sobretudo clínica médica e saúde da criança”.

O curso também enfrenta problemas em relação às vagas de servidores técnico-administrativos. “Temos pouquíssimos técnicos que se desdobram, porque o campus expande, mas as vagas não acompanham”.

Durante a sessão do Consuni, a reitora Denise Pires de Carvalho



Nosso curso está com problema de oferta real de disciplinas em dois períodos para o ano que vem

LAILA ERTLER
Coordenadora substituta da Medicina

se comprometeu com a comunidade acadêmica do campus a devolver ao longo de sua gestão as 42 vagas retiradas dos diversos cursos. “Houve desvio – esta é a palavra – de professores e de servidores técnico-administrati-

vos daqui de Macaé”, disse. “Eu me comprometo a usar a reserva técnica da reitoria (parte dos cursos de Macaé)”, afirmou.

Ainda de acordo com a reitora, a administração central deve estudar um projeto de resolução que garanta a permanência das vagas em Macaé e em Cascas.

O vice-reitor Carlos Frederico Leão Rocha afirmou que a administração central também está empenhada em solucionar o problema de fixação de quadros na cidade. A alternativa seria aprovar a excepcionalidade de 40 horas sem dedicação exclusiva, a exemplo do que já ocorre na Medicina do Fundão. O processo, reclamam os docentes de Macaé, está parado há 500 dias no

Consuni, sem que seja votado. “Poderíamos fazer por extensão administrativa, mas como o processo já está no colegiado, encaminharemos ao plenário”, afirmou.

Outra demanda do campus é a criação de um centro com duas unidades acadêmicas. A proposta é que a UFRJ aprove dois institutos: um que comporte cursos da área da Saúde; e outro que incorpore a Química e as engenharias. Cada um dos cursos passaria a se organizar como departamento dentro de cada um dos institutos.

A proposta foi elaborada no Conselho Deliberativo do campus. Mas nem todo mundo ficou satisfeito. “A criação destes institutos não resolve nossos problemas”, pontua a professora Laila. A Medicina foi o único curso a se posicionar contrariamente à medida.

A Medicina de Macaé desejava tornar-se um instituto, mas ficou isolada na decisão. “Se cada um quisesse se tornar um instituto, teríamos uma proposta de nove unidades”, rebate a diretora do campus, professora Roberta Coutinho. “De toda forma, mesmo sendo departamento, eles terão sua autonomia preservada”, defendeu a diretora.

A criação dos institutos ainda precisa passar pelo Consuni.

União na defesa da universidade

> AdUFRJ e Sintufrj defendem aliança acima das divergências internas para trabalho em conjunto com a sociedade

ANA PAULA GRABOIS
anapaula@adufjrj.org.br

Durante o debate “Carreira, até quando?”, no Centro de Tecnologia (CT), em razão do Dia do Servidor Público, a presidente da AdUFRJ, Eleonora Ziller, e coordenadora geral do Sintufrj, Neuza Luzia Pinto, defenderam

um união de técnicos e professores contra os ataques à educação e à carreira do servidor público para além das divergências internas entre as correntes políti-

cas que integram os movimento sindicais das categorias. “Temos que nos unir para além das diferenças porque o que está em jogo é a nossa existência”, afirmou a presidente da AdUFRJ.

As duas presidentes integram uma geração de servidores públicos que entrou na UFRJ nos anos 80, quando defender os valores da instituição era parte inseparável da luta sindical.

Eleonora Ziller ressaltou ser preciso ampliar a rede de apoio para a sociedade e citou o Ob-

servatório do Conhecimento, uma rede de diversas associações docentes ligadas ou não ao Andes e ao Proifes cujo objetivo é produzir conhecimento sobre a universidade pública, sua autonomia institucional e seu papel crucial na produção científica do país. “Insisto na ideia de construir pontes e abrir portas”, afirmou, reforçando a ideia do diálogo para além dos muros da universidade, no sentido de informar a importância da UFRJ. “O que caracteriza a UFRJ é o trabalho, é a produção, nós formamos os melhores alunos, os melhores profissionais do país, temos uma pesquisa de ponta”, disse.

Eleonora Ziller também criticou o Future-se, projeto do governo que pretende alterar profundamente a gestão e o financiamento da universidade. “Tudo que conseguimos superar, tudo que derrotamos nos últimos 30 anos está retornando e com uma brutalidade nunca vista nem na época da ditadura militar”, citando as declarações do ministro da Educação, Abraham Weintraub.

Coordenadora geral do Sintufrj, Neuza Luzia Pinto reforçou a necessidade de organização para resistir à série de ataques de integrantes do governo Bolsonaro. “A luta interna tem que acabar. Hoje, estamos em um período de resistência com ataques muito fortes e precisamos nos organizar”, afirmou.

Já Agnaldo Fernandes, superintendente do CT e mediador do debate, ressaltou que essa organização precisa lutar não só pela universidade, pois a humanidade e o conhecimento estão sob ataque. “É um tempo difícil. Há um processo de mudança estrutural. Há um fio condutor na política do governo”, disse, em referência às reformas da Previdência, Trabalhista e Administrativa, ao Future-se e à emenda do teto dos gastos.

‘FICA CASA DA CIÊNCIA’ MOBILIZA COMUNIDADE DA UFRJ

■ Cerca de cem pessoas participaram de um abraço à Casa da Ciência na manhã de quarta-feira, dia 30. A manifestação é contra uma eventual demolição do imóvel em função do Viva UFRJ, projeto que trata dos ativos imobiliários da universidade. E segue na esteira do movimento #Ficalpub. “Podemos ampliar o que já fazemos e não pôr abaixo instituições que estão funcionando e atendendo à população”, criticou a professora Maria Tavares, do Instituto de Psiquiatria. Integrantes, apoiadores e usuários da Casa da Ciência argu-

mentam que o projeto original só previa a cessão de áreas ociosas, mas que haveria pressão imobiliária para incluir outros imóveis. “Nosso espaço está plenamente ocupado. São 25 anos trazendo a perspectiva da ciência para o cotidiano da vida das pessoas”, queixa-se a produtora cultural da UFRJ, Luciane Correia Simões, uma das organizadoras do abraço. Por e-mail, a reitoria informou que as definições sobre o projeto “partirão do Conselho Universitário, do Conselho de Curadores, e ouvidas todas as unidades

envolvidas, inclusive Ipub e Casa da Ciência”. E que o prazo de 180 dias para discussão do estudo técnico é “meramente” sugestão do GT Viva UFRJ. Ainda de acordo com a reitoria, a expectativa é que as discussões aconteçam no início de 2020.

A mostra “O que se passa na minha cabeça? Histórias e fotografias”, com trabalhos de pacientes do IPUB e estreia na Casa da Ciência no dia 31. Antes dela, a exposição “Aventura pelo corpo humano” recebeu 32 mil visitantes em apenas dois meses. (Elisa Monteiro)



ELISA MONTEIRO

ABRAÇO ocupou todo o gradil da Casa da Ciência, em Botafogo

NOTAS

LIVRO REVISITA O PENSAMENTO E HOMENAGEIA MARIA DA CONCEIÇÃO

■ O livro “Maria da Conceição Tavares: Vida, ideias, teorias e políticas” foi lançado no último dia 29, no Instituto de Economia da UFRJ. Organizado pela professora da Faculdade de Economia da UFF, Hildete Pereira de Melo, a obra reúne textos da docente da UFRJ ao longo de cinco décadas. Maria da Conceição tem 89 anos e participou do lançamento. Em 2000, ela foi citada entre os cem mais importantes economistas heterodoxos do mundo no “Biographical Dictionary of Dissenting Economist”. Apenas quatro mulheres foram catalogadas na obra.



ENGENHARIA BRASILEIRA FOI TEMA DE DEBATE NO CENTRO DE TECNOLOGIA

■ Não é mais seguro afirmar que o estudante formado em Engenharia sai empregado da universidade. No Rio, a Cedae mandou embora 30 engenheiros, em março. Já a General Motors demitiu 185 engenheiros de uma só vez no estado de São Paulo, mês passado. Os problemas do setor foram tema de um debate promovido dia 23 pela decania do Centro de Tecnologia. Paulo Augusto Vivacqua, professor emérito da Universidade Federal do Espírito Santo, atribuiu parte da crise aos governos que privatizaram empresas estratégicas.



WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS, PRESENTE!

JOSUÉ MEDEIROS
josuedsrj@gmail.com

A partida de Wanderley Guilherme dos Santos causa em nós da AdUFRJ uma dupla comoção. Perdemos um intelectual crítico daqueles imprescindíveis para quem se dedica a fazer do Brasil um país mais justo e solidário. Wanderley pensava a democracia no Brasil com esse fim: um modo, o principal modo, talvez o único disponível, para que as brasileiras e brasileiros conquistassem dignidade no seu modo de viver, não apenas material, mas também político e cultural. Escreveu 32 livros e uma centena de artigos que nos ajudam a compreender porque falhamos, até aqui, nesse objetivo.

E perdemos também um colaborador incansável. Wanderley sempre se colocou próximo dos movimentos sociais, não importasse o tamanho ou a abrangência. Fosse uma central nacional ou um coletivo local, se a agenda permitisse, ele estava lá para falar sobre conjuntura. Quando um intelectual com a capacidade crítica que

ele tinha falava sobre conjuntura, sempre vinha algo novo. Wanderley não se escondia na teoria nem dos títulos, se lançava ao revólto mar dos eventos cotidianos, nos quais o erro em política é irmão gêmeo da reflexão crítica. Só não se equivoca quem não pensa, mas quem pensa como ele pensava sempre acerta bastante. Em 1962

escreve um livro sobre o golpe que viria, o clássico “Quem dará o golpe no Brasil?” Ele erra ao minimizar o papel dos militares nesse processo, mas acerta na mosca quanto à centralidade da classe média naquela quadra. Já o seu último livro, lançado em 2017, “A Democracia Impedida” sobre o golpe que já foi, o de 2016, até aqui,

FOTOS: FERNANDO SOUZA/ARQUIVO ADUFRJ



infelizmente, Wanderley acertou em tudo.

Há, ainda, uma terceira comoção, esta mais de cunho pessoal: fiz mestrado e doutorado em Ciência Política no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ, instituição que sucedeu o antigo IUPERJ, a principal casa de Wanderley depois da UFRJ, onde ele se formou em Filosofia pela UFRJ e foi Professor Titular do Departamento de Ciência Política. No IESP, a gente respira Wanderley o tempo todo. Somos, todas e todos os iuperjianos e iespianos, privilegiados: é impossível fazer qualquer trajetória acadêmica naquela casa sem se sentir parte das suas reflexões. A proximidade, mesmo que em muitos momentos não seja física, é inevitável e a gente aproveita o máximo que dá desse ambiente. Tudo isso se completa com a presença do querido amigo Fabiano Santos, destacado e reconhecido cientista político, dirigente institucional cuidadoso e responsável, excelente professor e orientador. Para ele deixo um fraternal abraço em nome da AdUFRJ e reitero nossa disposição de divulgar e ampliar o legado de Wanderley Guilherme dos Santos, sempre presente!

Professor do IFCS e diretor da AdUFRJ

Artigo

PUBLICADO NO BOLETIM DA ADUFRJ DE 31/08/2018

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS ★ 13/10/35 † 26/10/2019

Cientista político, professor aposentado de Teoria Política da UFRJ, autor de “Cidadania e Justiça” e “Horizonte do Desejo - Instabilidade, Fracasso Coletivo e Inércia Social”

AS ELEIÇÕES INTERMINÁVEIS

Em novembro de 2018 serão publicadas inúmeras análises revelando a linha de causalidade que, a partir de junho de 2013, desaguou necessariamente nos resultados eleitorais de outubro. Chama-se retrodição. Historiadores semiamadores costumam divertir-se competindo pela retrodição mais aceitável pelo público. Historiadores maduros são mais sóbrios e cautelosos. E por uma arquipoderosa razão: ontem, ou anteontem, poderiam ter sido completamente diferentes do que foram em linha reta do mesmo mês de junho de 2013. Ou melhor, e aí é que está o problema: não em linha reta, mas a retidão da história retrodita ignora os vários tropeços, recuos e hesitações da contemporaneidade dos acontecimentos, selecionando, a posteriori, os tropeços que, agora, aparecem como passos firmes.

Na atual contemporaneidade, o que a distingue das anteriores não são acidentes e contingências que, mesmo ignorados pelas retrodições, não comprometem a plausibilidade das diversas narrativas em linha reta. Eram variações em um mesmo clima competitivo, não obstante as diferentes ênfases e eventuais exclusões de personagens. Da atual contemporaneidade acredito que brotem narrativas em armaduras, como se atribuíssem reta racionalidade a mundos completamente opostos. Ou seja, as eleições de outubro próximo não terminarão depois de computados os votos.

Elas continuarão nos conflitos de visões exacerbadas que, elaborando eu próprio uma retrodição, vieram a público em junho de 2013 e se transformaram, ao longo de cinco anos, em cosmologias, diriam os antropólogos, irreconciliáveis. Não me arrisco a especular sobre o futuro

dessa impossibilidade de reconciliação. Quase todos os futuros são, em princípio, possíveis, mas poucos são prováveis. Mesmo estes, se existem agora, estão disfarçados.

Nunca houve uma eleição em que há uma candidatura cujo enigma consiste em decifrar se será capaz de transformar-se em outra. Quer dizer, capaz, será, mas com que eficácia? Episódios como o do desastre que atingiu o candidato do PSB, em 2014, e elevou Marina Silva ao protagonismo principal, não provocou incertezas: ambos eram nacionalmente conhecidos como pessoas com preferências políticas nítidas e atitudes marcantes. Embora ex-ministro da Educação e ex-prefeito de São Paulo, a verdade é que, em eleitorado de milhões de pessoas, Fernando Haddad é praticamente desconhecido. A aposta no sucesso do transformismo eleitoral de última hora, ainda que

anunciado, supõe uma capitania de votos lulistas, mais do que petistas, não muito comum em lideranças democráticas.

Mas consiste precisamente nessa incerteza o indeterminismo generalizado das trajetórias dos demais candidatos. Se a estratégia obtiver êxito, o que acontecerá com os demais postulantes? As pesquisas nunca foram tão parcas de indicações, pois, a rigor, entre os mais competitivos, é difícil estimar qual chegará, não em primeiro, mas em último lugar. Finalmente, está claro que o empresariado ainda não escolheu seu candidato. E mesmo sem o financiamento legal às campanhas ninguém acredita que os comandantes da economia não se farão sentir no desdobramento delas.

Também isto é inédito. Por isto, o que me ocorre como interpretação é a de que as eleições continuarão por outros meios depois de outubro de 2018.

